

À COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS (CICP/GAB/SES-GO)

Ref.: Questionamentos ao Edital de Chamamento Público “RETIFICADO” nº 01/2021-SES/GO (Processo Administrativo nº 202000010030869): *“Seleção de organização social em saúde para celebração de Contrato de Gestão objetivando o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas/dia, no Hospital Estadual Geral e Maternidade de Uruaçu (HEMU), localizado na Avenida Contorno, esquina com Rua Pará, quadra G2, lote 1, Jardim Eldorado, Uruaçu GO, CEP 76.400-000, por um período de 48 (quarenta e oito) meses”*

IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o número 19.324.171/0001-02, com sede em São Paulo, na Rua Itapeva, nº 34, Município de São Paulo, Capital, CEP.: 01332-000, neste ato representado por seu procurador, **SR. ALEXANDRE KOSLOVSKY SOARES**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 24.466.189-3 SSP-SP e do CPF nº 259.913.258-47, com escritório profissional na Avenida Paulista, nº 1009, Conj. 601, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP.: 01.311-100, vem à presença de V. Sas. apresentar seus **QUESTIONAMENTOS** ao Edital sob referência (cf. item “7.1”), consoante pontos passíveis de saneamento a seguir especificados, **destacando-se que os mesmos são realizados com observância ao instrumento retificado:**

1) Tópico V do Edital (Documentação Exigida): Item “5.3.” ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO. Subitens “5.3.j.7” e “5.3.j.8”: Os

subitens em questão contém redação idêntica – i.e, ao que tudo indica, estão em duplicidade, conforme se infere dos textos abaixo colacionados:

j.7) Declaração do representante legal de que não ocupa Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

j.8) Declaração do representante legal de que não ocupa Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

Desta feita, QUESTIONA se a “*Declaração do representante legal de que não ocupa Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS*” deverá ser apresentada duas vezes ou se o subitem “5.3.j.8” do Edital deve ser desconsiderado e se, consequentemente, será excluído do instrumentos editalício.

2) Anexo I do Edital (Termo de Referência) - Parâmetros para Julgamento e Classificação da Proposta de Trabalho - Critério FA.3: Qualificação Técnica – Item “3”: Qualidade Técnica - Estrutura e Experiência da Diretoria: A tabela de pontuação traz em seu bojo 2 (dois) itens distintos, quais sejam:

- a) “*Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 pontos) - (fl. 37); e*
- b) “*Titulação de especialistas em administração/gestão hospitalar dos membros da diretoria e coordenações (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 pontos) – (fl. 38)”*

Considerando-se que uma mesma pessoa pode ter experiência mínima de 1 (um) como diretor no gerenciamento de unidade

hospitalar, bem como titulação de especialista em administração/gestão hospitalar,
QUESTIONA se a mesma poderá pontuar em ambos os itens (experiência e titulação).

3) Anexo I do Edital (Termo de Referência) – Item 4 (Pressupostos e Definição) – Subitem “4.8”:

*“O **PARCEIRO PRIVADO** deverá dispor de serviços de informática com sistema para gestão hospitalar que contemplem, no mínimo: marcação de consultas, exames complementares, controle de estoques (almoxarifado, farmácia e nutrição), sistema de custos, prontuário médico (observando o disposto na legislação vigente, incluindo a Resolução CFM nº 1.639/2002), serviços de apoio e relatórios gerenciais, que permitam ao Órgão Fiscalizador do Contrato/SES-GO acessar via Internet e gestão do bloco cirúrgico e atendam aos indicadores e informações especificados no Contrato de Gestão. Caberá ao **PARCEIRO PRIVADO** a instalação da rede de informática, bem como a aquisição de sistemas e programas e o encaminhamento dos relatórios à Secretaria de Estado da Saúde.” (fl. 17)*

Quanto ao subitem em epígrafe, QUESTIONA-SE: - a instalação da rede de TI e aquisição do sistema será paga com o valor do custeio mensal ou pelo procedimento específico da Portaria nº 426/2021 – SES/GO¹ ?

4) Considerando que este peticionário já realizou visita técnica junto ao HEMU, bem como que o Edital foi retificado sem trazer qualquer resposta aos pontos existentes no primeiro pedido de esclarecimentos (item “4” – onde, em resumo, com esboço na visita realizada, foram solicitadas informações

¹ “Institui, na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO, normas para solicitação de repasse de recursos financeiros às Organizações Sociais de Saúde e/ou Fundações Privadas a título de investimento.”

e documentos sobre as obras civis, equipamentos, mobiliários e licenças da Unidade de Saúde, que justamente não puderam ser auferidos durante a visita técnica), QUESTIONA-SE acerca da necessidade/obrigatoriedade de o IMED em realizar nova visita técnica, uma vez que, por certo, tais informações e documentos não poderão novamente ser obtidos em nova visita técnica.

5) Questionamentos e Solicitações acerca da Visita Técnica Técnica Realizada

- a) O Edital prevê serviços e metas de atendimentos para quimioterapia e hospital dia. Porém, durante a visita técnica não foram localizadas as instalações necessárias para os mesmos. QUESTIONA-SE: Esses ambientes existem ? Em caso positivo, onde os mesmos foram planejados ? (se possível, enviar fotos dos respectivos ambientes);
- b) Solicita-se o envio dos projetos de arquitetura e engenharia da Unidade de Saúde para que seja possível verificar todas as instalações físicas e demais condições que possam, de qualquer forma, influenciar sobre a elaboração da Proposta de Trabalho, considerando o pouco tempo da visita técnica (que começou às 14:30h e terminou às 18:00h) e que o ;
- c) Solicita-se, ainda, a lista completa de equipamentos e mobiliários existentes na Unidade de Saúde, a fim de verificar o quantitativo e descrição dos equipamentos e mobiliários existentes. Após o envio da lista ora requerida, caso seja constatado um subdimensionamento, deverá a organização social proponente elaborar um cronograma de aquisição dos equipamentos e mobiliários, via investimento, com espeque na Portaria nº 426/2021 – SES/GO ?
- d) Durante a visita técnica, restou constatado que o SADT da Unidade de Saúde não está com as obras civis acabadas e não possui nenhum dos

equipamentos desse setor (por exemplo: uma ressonância magnética, dois equipamentos de raios-x, endoscopia, colonoscopia, etc). Com efeito, QUESTIONA-SE de quem será a responsabilidade pela conclusão das obras do SADT e aquisição dos equipamentos correspondentes....Será da construtora contratada pela SES para execução da obra e da própria SES, ou da organização social vencedora do certame ?

- e)** Na passagem pelo centro cirúrgico, notou-se a ausência dos focos cirúrgicos de teto e também de infraestrutura para os mesmos, além da falta de todos os demais equipamentos médicos hospitalares para funcionamento do CC (por exemplo: foco cirúrgico de teto e auxiliar, mesas cirúrgicas, carrinhos de anestesia, monitores, bisturi eletrônico, etc). Com efeito, QUESTIONA-SE de quem será a responsabilidade pela conclusão das obras no centro cirúrgico e aquisição dos equipamentos correspondentes....Será da construtora contratada pela SES para execução da obra e da própria SES, ou da organização social vencedora do certame ?
- f)** Restou ainda constatado durante a visita que o sistema de refrigeração do morgue ainda não está concluído. Com efeito, QUESTIONA-SE de quem será a responsabilidade pela conclusão do sistema de refrigeração do morgue....Será da construtora contratada pela SES para execução da obra e da própria SES, ou da organização social vencedora do certame ?
- g)** Ainda nesta toada, restou verificado que os ambientes denominados como câmaras frias (tanto no abrigo de resíduos, como no setor de nutrição) também estavam com as obras inacabadas, bem como, conseqüentemente, sem os respectivos equipamentos de refrigeração. Com efeito, QUESTIONA-SE de quem será a responsabilidade pela conclusão das obras nas câmaras frias e aquisição dos equipamentos correspondentes....Será da construtora contratada pela SES para execução da obra e da própria SES, ou da organização social vencedora do certame ?

- h) Já, no setor de CME, notou-se a ausência dos principais equipamentos pertinentes ao setor (autoclaves, termodesinfectoras e lavadora ultrassônica), além do fato das paredes que receberão os equipamentos de barreira estarem fechadas em alvenaria, bem como que não há infraestrutura de esgoto, água fria, osmose e elétrica para os equipamentos do setor ora em comento – o que implicará, sem dúvida, na demolição das paredes aonde serão instalados os equipamentos e também do piso para execução de toda a infraestrutura demolidas (ou seja, praticamente uma nova obra). Com efeito, QUESTIONA-SE de quem será a responsabilidade pela conclusão das obras nas câmaras frias e aquisição dos equipamentos correspondentes....Será da construtora contratada pela SES para execução da obra e da própria SES, ou da organização social vencedora do certame ?
- i) As obras civis foram consideradas pela SES como entregues em sua totalidade por parte da construtora ?
- j) A Unidade de Saúde possui todos os documentos necessários para o seu efetivo funcionamento ? Quais sejam:
- Projeto Arquitetônico aprovado pela SUVISA (documento físico, carimbado pelo setor de aprovação de projetos);
 - Alvará de funcionamento;
 - Alvará Sanitário;
 - Certidão de Uso do Solo?
 - Certificado de conformidade do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CERCON);
 - Licença Ambiental;
 - Dentre outros documentos necessários.

Ante as razões expostas, pede-se o esclarecimento dos pontos ora trazidos à baila, bem como o envio da documentação aqui soliciitada, acatando-se, ato contínuo, as sugestões aqui também formuladas. Alternativamente, caso esta i. Comissão não receba o presente pedido de esclarecimentos, solicita-se que o mesmo seja recebido e respondido como impugnação ao instrumento convocatório.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo-SP para Goiânia-GO, 11 de maio de 2021.

IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

pp. Alexandre Koslovsky Soares